

O preço da contemporização

29 MAR 1988

Como a equipe econômica do governo havia decidido recorrer à ajuda do Fundo Monetário Internacional e, por conseguinte, aceitar um programa rígido de ajustamento da economia nacional, esperava-se que já possuísse um plano para a economia, assentado em princípios de austeridade, pronto para vir à luz logo após a resolução da Assembléia Nacional Constituinte sobre o sistema de governo do País. Lamentavelmente, a divulgação desse plano vem tardando e, com isso, causando novos prejuízos à economia nacional.

A expectativa de congelamento dos preços, embora não de todos, vem-se fortalecendo e ocasionando reajustes exorbitantes. A taxa de inflação de março já é superior à que esperavam as autoridades monetárias, e a causa disto é certamente o receio do congelamento, do qual, há algumas semanas, aparentemente, não se cogitava. O presidente da República ainda não se libertou do espírito do Plano Cruzado e, submetido a pressões antes políticas do que técnicas, parece condicionar os cortes de salário ao

congelamento de determinados preços. A divulgação destas notícias já suscita dúvidas quanto à capacidade de levar avante o ministro da Fazenda, com senso de realidade e com êxito, o programa de ajustamento da economia. Entrementes, porém, todos os preços estão sendo remarcados, embora a ameaça de recessão maior viesse contendo sua elevação. A situação é mais grave do que parece porque o comércio até agora vinha vendendo os estoques guardados e, neste momento, prepara-se para recompô-los, a preços bem mais altos. Não somente a inflação de março será mais elevada do que se previa, mas se encontram reunidas todas as condições para que a majoração dos preços, em abril próximo, seja ainda maior do que se esperava.

A economia brasileira será hoje submetida a um teste importante: o leilão para conversão da dívida externa em capital de risco. Depois que o governo adotou uma linha de conduta mais equilibrada e assumiu atitude mais pragmática no tocante à renegociação da dívida, o ministro da Fazenda havia cons-

guido granjear maior confiança dos credores estrangeiros. Para nosso país, teria sido bastante conveniente se tal leilão se realizasse com o programa de ajustamento já traçado. A simples sombra do congelamento poderá ser nefasta para o leilão de hoje, conquanto se estimem em 600 milhões de dólares as propostas a ser apresentadas.

Durante a recente reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em Caracas, o ministro Mafson da Nóbrega manteve entendimentos com os bancos credores estrangeiros, e certamente lhes forneceu indicações a respeito do plano econômico por ele concebido. O desaponto desses credores seria enorme se, ao ser publicado o programa do governo brasileiro, depa-rassem neste medidas de cunho "heterodoxo", como o congelamento, que já se revelaram, cabalmente, ineficazes e perniciosas. Seria isso mais grave ainda porque, após a reunião de Caracas, registraram-se alguns progressos nessa espinhosa renegociação, e sobretudo porque os bancos credores concordaram

em outorgar ao Banco Central liberdade nas operações de *relending* (repasses de recursos em cruzados, objeto dos refinanciamentos) depois que se persuadiram de que, em razão do atual empenho em reduzir o déficit público, tais recursos não podem ser canalizados para quaisquer setores. Deste modo, se for decretado o congelamento das tarifas de serviços públicos, o déficit público poderá aumentar e o Brasil, ver barrado o acesso aos fundos do Banco Mundial.

Se os preços forem congelados — ainda que nem todos, e temporariamente —, os empresários, nacionais e estrangeiros, abster-se-ão de fazer investimentos no País. Os bancos de desenvolvimento internacionais não subscreverão nenhuma operação dessa espécie. E os que imaginavam que a votação do sistema de governo na Assembléia Nacional Constituinte iria descerrar novas perspectivas no terreno político convencer-se-ão de que o presidente José Sarney continua subordinando a política econômica do governo a suas ambições de natureza política.